

***Rocha Terminais Portuários e
Logística S.A. e empresas
controladas***

*Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em
31 de dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. e empresas controladas
Paranaguá – PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

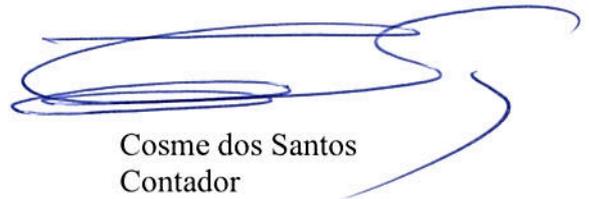
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado em 25 de maio de 2012, sem ressalvas.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Cosme dos Santos
Contador
CRC nº 1 RJ-078.160/O-8 T-PR

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011		
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.370	42.316	3.380	43.671	Fornecedores	9	11.405	7.733	12.961	9.978
Contas a receber de clientes	5	7.616	7.020	12.413	12.593	Empréstimos e financiamentos	10	8.518	1.764	9.415	3.114
Tributos a recuperar		776	379	808	1.618	Salários e encargos sociais		1.111	1.747	1.986	2.451
Demais contas a receber		<u>1.563</u>	<u>903</u>	<u>2.798</u>	<u>1.825</u>	Tributos a recolher		1.944	1.645	2.717	2.628
						Dividendos a pagar	12	3.773	8.218	3.773	8.218
		<u>11.325</u>	<u>50.618</u>	<u>19.399</u>	<u>59.707</u>	Adiantamentos de clientes	9	4.960	3.419	5.570	4.346
						Demais contas a pagar		<u>1</u>	<u>246</u>	<u>14</u>	<u>246</u>
Não Circulante								<u>31.712</u>	<u>24.772</u>	<u>36.436</u>	<u>30.981</u>
Depósitos judiciais	11	9.809	8.672	9.809	8.682	Não circulante					
Partes relacionadas	12	3.713	5.201	2.653	2.250	Provisões para contingências	11	9.585	7.557	9.585	7.557
Adiantamentos de aluguéis		217	242	217	242	Empréstimos e financiamentos	10	229.657	218.203	230.496	219.747
Tributos a recuperar		250	196	2.189	196	Fornecedores	9	7.046	-	7.046	-
Impostos diferidos	6	5.710	-	5.710	-	Demais contas a pagar		<u>1.288</u>	<u>868</u>	<u>1.288</u>	<u>866</u>
Demais contas a receber		2.044	-	2.044	-			<u>247.576</u>	<u>226.628</u>	<u>248.415</u>	<u>228.170</u>
Permanente						Patrimônio líquido					
Investimentos	7	392.442	380.058	354.110	347.409	Capital social	13	25.936	25.936	25.936	25.936
Imobilizado	8	220.738	165.413	254.711	198.667	Reserva de capital		282.564	282.564	282.564	282.564
Intangível	8	<u>1.237</u>	<u>1.544</u>	<u>2.208</u>	<u>2.549</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		38.198	38.198	38.198	38.198
		<u>636.160</u>	<u>561.326</u>	<u>633.651</u>	<u>559.995</u>	Reservas de lucros		<u>21.499</u>	<u>13.846</u>	<u>21.499</u>	<u>13.846</u>
								<u>368.197</u>	<u>360.544</u>	<u>368.197</u>	<u>360.544</u>
						Participações não controladoras		<u>368.197</u>	<u>360.544</u>	<u>368.199</u>	<u>360.551</u>
								<u>647.485</u>	<u>611.944</u>	<u>653.050</u>	<u>619.702</u>
Total do ativo		<u>647.485</u>	<u>611.944</u>	<u>653.050</u>	<u>619.702</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>647.485</u>	<u>611.944</u>	<u>653.050</u>	<u>619.702</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Expressas em milhares de reais - R\$ mil, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas de serviços prestados	14	84.967	105.470	139.869	155.572
Custos dos serviços prestados	15	(67.586)	(81.502)	(112.003)	(121.042)
Lucro Bruto		<u>17.381</u>	<u>23.968</u>	<u>27.866</u>	<u>34.530</u>
Receitas e (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	15	(805)	(832)	(805)	(832)
Despesas administrativas	15	(7.856)	(9.069)	(8.642)	(9.069)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	(1.329)	(3.030)	(10.276)	(2.749)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>7.391</u>	<u>11.037</u>	<u>8.143</u>	<u>21.880</u>
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	<u>22.269</u>	<u>6.801</u>	<u>24.889</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	1.544	6.253	1.934	6.339
Despesas financeiras	16	(26.877)	(81)	(27.638)	(941)
		<u>(25.333)</u>	<u>6.172</u>	<u>(25.704)</u>	<u>5.398</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>4.327</u>	<u>24.010</u>	<u>7.328</u>	<u>27.278</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	6	-	(5.667)	(3.006)	(8.933)
Diferidos	6	<u>5.710</u>	<u>-</u>	<u>5.710</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social		<u>5.710</u>	<u>(5.667)</u>	<u>2.704</u>	<u>(8.933)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>10.037</u>	<u>18.343</u>	<u>10.032</u>	<u>18.345</u>
Lucro atribuível à					
Acionistas da Companhia				10.037	18.343
Participação dos não controladores				(5)	2
				<u>10.032</u>	<u>18.345</u>
Lucro líquido por ação do capital social - em reais				<u>0,39</u>	<u>0,71</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.037	18.343	10.032	18.345
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>10.037</u>	<u>18.343</u>	<u>10.032</u>	<u>18.345</u>
Atribuível à				
Acionistas da Companhia			10.037	18.343
Participação dos não controladores			<u>(5)</u>	<u>2</u>
			<u>10.032</u>	<u>18.345</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Expressas em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participações não controladoras	Total
						Reserva legal	Retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2010		18.331	(3.188)	75.755	-	782	12.939	-	104.619	5	104.624
Dividendos propostos e pagos	13	-	-	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)	-	(10.000)
Aumento do capital social	13	7.605	3.188	206.809	-	-	-	-	217.602	-	217.602
Dividendos complementares	13	-	-	-	-	-	-	(3.861)	(3.861)	-	(3.861)
Ajuste no valor justo do ativo imobilizado aportado como capital social	13	-	-	-	38.198	-	-	-	38.198	-	38.198
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.343	18.343	2	18.345
Destinações:											
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(4.357)	(4.357)	-	(4.357)
Transferência entre reservas		-	-	-	-	918	9.207	(10.125)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011		<u>25.936</u>	<u>-</u>	<u>282.564</u>	<u>38.198</u>	<u>1.700</u>	<u>12.146</u>	<u>-</u>	<u>360.544</u>	<u>7</u>	<u>360.551</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.037	10.037	(5)	10.032
Destinações:											
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(2.384)	(2.384)	-	(2.384)
Transferência entre reservas		-	-	-	-	502	7.151	(7.653)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012		<u>25.936</u>	<u>-</u>	<u>282.564</u>	<u>38.198</u>	<u>2.202</u>	<u>19.297</u>	<u>-</u>	<u>368.197</u>	<u>2</u>	<u>368.199</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	4.327	24.012	7.328	27.278
Ajustes				
Depreciação e amortização	4.646	3.033	16.848	6.097
Juros incorridos	26.291	-	26.719	-
Valor residual do ativo permanente baixado	536	69	872	88
Provisão para devedores duvidosos	83	-	70	-
Resultados de participações societárias	(22.269)	(6.801)	(24.889)	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(1.002)	(1.759)	110	(2.606)
Tributos a recuperar	(451)	(379)	(1.183)	(819)
Partes relacionadas	323	(2.391)	(403)	(438)
Demais ativos	(3.816)	(3.045)	(4.119)	(2.776)
Fornecedores	10.339	3.047	9.650	3.679
Salários e encargos sociais	(636)	(1.173)	(465)	(1.120)
Tributos a recolher	240	604	204	481
Demais contas a pagar	3.379	(377)	3.077	3.429
Juros pagos	(24.070)	(256)	(24.498)	(597)
Dividendos recebidos	10.071	-	9.753	-
Imposto de renda e da contribuição social pagos	(74)	(5.667)	(3.254)	(8.933)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.917	8.917	15.820	23.763
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(52.251)	(81.723)	(56.853)	(95.186)
Aquisição de investimentos	(186)	(346.000)	(186)	(346.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(52.437)	(427.723)	(57.039)	(441.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos aos acionistas	(6.829)	(13.717)	(6.829)	(13.717)
Aumento de capital pela emissão de ações	-	215.000	-	215.000
Amortização de empréstimos partes relacionadas	1.488	-	-	-
Ingresso de empréstimos	11.977	219.839	12.093	220.804
Amortização de empréstimos	(3.062)	(1.966)	(4.336)	(4.550)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.574	419.156	928	417.537
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(40.946)	350	(40.291)	114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.316	41.966	43.671	43.557
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.370	42.316	3.380	43.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Expressas em milhares de Reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e filiais em Paranaguá-PR, São Francisco do Sul-SC e Guarujá-SP. Tem por objetivo principalmente a prestação de serviços de: armazenagem de cargas; operações portuárias; comissária de despachos aduaneiros; desembarço de cargas, terminais de cargas e de contêineres, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos, transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá – PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, sendo que sua última renovação foi efetuada em 16 de maio de 2008 com validade até 15 de maio de 2018. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela MP 595/2012. Na operação portuária, são pagas as taxas de pesagem, INFRAMAR e INFRAPORT à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato de arrendamento nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá – PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos da Lei 8.630/93 e pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 03 de setembro de 2012. Este contrato de arrendamento possui duração de 20 (vinte) anos, tendo sua vigência até 2022, com previsão de prorrogação por igual período, podendo vigorar até 2042.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSF" em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela MP 595/2012, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul - SC; A referida habilitação é renovada a cada dois anos, tendo sua última renovação em 15 de julho de 2011 com validade até 15 de julho de 2013.

A Companhia também opera o REDEX (Recinto Especial de Despacho para Exportações) na cidade do Guarujá - SP, através da habilitação obtida em 16 de maio de 2008, cuja publicação ocorreu no D.O.U. de 21 de maio de 2008 através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 41 da 8ª SSRF da Receita Federal do Brasil. A habilitação para funcionamento do REDEX é renovada anualmente, sendo a última renovação obtida em 25 de abril de 2012 com vencimento em 24 de abril de 2013.

Em 16 de março de 2010, foi aprovada em assembleia de acionistas a emissão de 7.438.881 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 18,8193 por ação, as quais foram subscritas pelo novo acionista Rio Barigui Participações S.A., pelo valor total de R\$ 139.995, tendo sido integralizado o montante de R\$ 79.995 no ato e R\$ 60.000 integralizadas no exercício de 2011.

Em 13 de maio de 2011, foi aprovada em assembleia de acionistas a alteração da razão social de Rocha Top Terminais e Operadores Portuários S.A. para Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Em 30 de novembro de 2011, foi aprovada em ata da assembleia a emissão de 7.604.422 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 25,7482 por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pelos dois acionistas da Companhia, conforme descrito na nota 14.1.

1.1 Participações Societárias

1.1.1 Controladas

Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. "Porto Seco"

É uma sociedade limitada, com sede na Cidade de São Francisco do Sul - SC. Tem como atividade principal a operação e exploração, através de permissão, de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco (EADI) de São Francisco do Sul - SC, para carga geral, podendo receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação. As operações do EADI estão em conformidades com os termos e condições do Edital de Licitação - Concorrência SRF/SRRF/9ª RF - N° 03/98 e Contrato de Permissão, além do Termo Aditivo n° 02/2005, objeto do contrato n° 15/2004, firmado entre a União por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal e a Porto Seco. O prazo de vigência da Permissão de operação é de 10 anos, contados a partir de maio de 2006, renováveis por mais 10 anos.

Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda. "Sistecon"

É uma sociedade limitada, com sede em Paranaguá – PR, e com filiais nas cidades do Guarujá - SP e São Francisco do Sul - SC. Tem como atividade principal efetuar operações com terminais de cargas e de contêineres, inspeção, lavagem, reparo e armazenamento de contêineres, transportes de contêineres vazios, entre outros.

Rio Bacacheri Participações S.A. "Rio Bacacheri"

É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem por objeto a participação em outras empresas do segmento portuário, detendo 100% das ações da SRA-PAR Participações Ltda.

SRA-PAR Participações Ltda. “SRA-PAR”

É uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto social a participação em outras empresas. Em 13 de dezembro de 2011, a Empresa adquiriu 50% das ações da Cattalini Terminais Marítimos S.A., conforme detalhado na Nota 8.

1.1.2 Coligadas

Superagui Holding Patrimonial S.A. "Superagui"

É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Curitiba - PR, que tem por objeto a exploração de locação de imóveis compreendendo armazéns e terrenos. Parte substancial dos terrenos e armazéns utilizados pela Companhia são locados da Superagui, tendo a maioria dos contratos um prazo de arrendamento de 20 anos. A Companhia é detentora de ação preferencial de classe especial resgatável (*Golden Share*), que lhe dá poder de proteção quanto a veto em decisões sobre estes imóveis locados a ela, podendo impedir a alienação, criação de gravames, ônus, direitos de retenção, garantias, penhoras, usufruto, entre outros. Também pode vetar alterações de cláusulas dos contratos de locação que versem sobre valores ou reserva de aluguel, prazo de locação, multas e indenizações, hipóteses de rescisão de contratos, regras aplicáveis a benfeitorias, entre outros.

Cattalini Terminais Marítimos S.A. “Cattalini”

É uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que explora no Porto de Paranaguá – PR a atividade de armazenagem, embarque e desembarque de navios que transportam graneis líquidos, como óleo de soja, óleo de palma, metanol, entre outros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, da controladora e consolidada, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes para 31 de dezembro de 2012.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto ativos e passivos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando da contratação destas operações, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.
- b) Contas a receber de clientes – São registradas pelo valor faturado e não tem incidência de juros por serem de curto prazo e estão deduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes.

- c) Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- d) Intangíveis – O ativo intangível é formado por softwares utilizados como ferramenta de gestão. Os ativos intangíveis estão sendo amortizados em função da vida útil dos bens.
- e) Investimentos em coligada – coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Para os ativos intangíveis identificáveis, mais valia de ativo imobilizado e ágio decorrente da aquisição de participação societária em coligada, são integralmente reconhecidos no balanço patrimonial como “Investimento”. Com exceção do ágio, o qual é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, para os demais ativos com vida útil definida, as suas respectivas amortizações e depreciações são reconhecidas no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial, de forma linear com base na vida útil estimada dos bens, as quais são revisadas no final de cada exercício.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

- f) Investimentos em controlada – são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os lucros não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

- g) Impairment de ativos não financeiros - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.
- h) Provisões - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- i) Ativos e passivos vinculados à moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária – São convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço e em índices oficiais de atualização monetária.
- j) Passivo circulante e não circulante – Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço.
- k) Arrendamento – Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.
- l) Reconhecimento de receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia, quando se trata de contas consolidadas.

A Companhia reconhece a receita no momento em que seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia vende serviços de operações portuárias; armazéns gerais; comissária de despachos aduaneiros; desembarço de cargas, unitização de cargas e corretagem de cargas de exportação; agenciamento de importações e exportações por conta de terceiros; terminais de cargas e de contêineres, incluindo estacionamento de contêineres cheios e/ou vazios, estacionamento de equipamentos de movimentação e/ou transporte de contêineres, inspeção de contêineres e equipamentos de transporte e movimentação dos mesmos, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos de movimentação e/ou transporte; estufagem e desestufagem; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; transporte rodoviário de cargas e/ou contêineres com veículos próprios e/ou de terceiros. Esses serviços são prestados com base contrato de preço firmado de acordo com a negociação com os clientes, não necessariamente com preços fixos. Os períodos dos contratos, geralmente, têm prazos variados em sua maioria com mais de um ano.

- m) Ajuste a valor presente – É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.
- n) Imposto de renda e contribuição social – O resultado com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. É necessário um julgamento específico para determinar a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, porque há exclusões de receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

- o) Estimativas e julgamentos contábeis – As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado e intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.
- p) Instrumentos financeiros – Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração

A classificação dos ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia dependerá da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos e contratados. A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

- q) Apuração do resultado – O resultado da Companhia é apurado em obediência ao regime de competência de exercício.

Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

As empresas incluídas na consolidação são:

- Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda – 99,98%;
- Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda – 99,98%;
- Rio Bacacheri Participações S.A. – 100,00%;
- SRA PAR Participações Ltda – 100,00%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre Companhia com suas controladas e também entre as controladas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

A Administração da Companhia concluiu que as IFRS novas e revisadas, abaixo mencionadas, ainda que não plenamente vigentes para o exercício findo em 31/12/2012, não terão efeitos relevantes nos saldos e divulgações realizadas.

IFRS 9	<i>Instrumentos Financeiros</i> ⁴
IFRS 10	<i>Demonstrações Financeiras Consolidadas</i> ²
IFRS 11	<i>Negócios em Conjunto</i> ²
IFRS 12	<i>Divulgações de Participações em Outras Entidades</i> ²
IFRS 13	<i>Mensuração do Valor Justo</i> ²
Modificações à IAS 1	<i>Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente</i> ¹
Modificações à IFRS 7	<i>Divulgação – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros</i> ²
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	<i>Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição</i> ⁴
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	<i>Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição</i> ²
IAS 19 (revisada em 2011)	<i>Benefícios a Empregados</i> ²
IAS 27 (revisada em 2011)	<i>Demonstrações Financeiras Separadas</i> ²
IAS 28 (revisada em 2011)	<i>Investimentos em Coligadas e Joint Ventures</i> ²
Modificações à IAS 32	<i>Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i> ³
Modificações às IFRSs	<i>Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011</i>
IFRIC 20	<i>Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície</i> ²

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

³ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

⁴ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

3. PRINCIPAIS FONTES DAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Eventualmente os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes aplicadas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis identificáveis

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 “c”, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 “e”, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis identificáveis, decorrente da aquisição de participação societária em coligada, os quais são representados substancialmente pela carteira de clientes e contrato de concessão.

3.1.2. Redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 “e”, a Companhia revisa o valor recuperável do ágio decorrente da aquisição de participação societária em coligada anualmente.

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

3.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2 “n”, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 2.2 “n” oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.1.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando há cobertura securitária sobre os riscos prováveis, a Companhia considera como provisão os prováveis gastos com a seguradora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	458	874	2.468	2.229
Aplicações financeiras (a)	<u>912</u>	<u>41.442</u>	<u>912</u>	<u>41.442</u>
	<u>1.370</u>	<u>42.316</u>	<u>3.380</u>	<u>43.671</u>

- (a) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações eram remuneradas pela taxa média de 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes nacionais	7.585	6.582	11.986	11.924
Clientes exterior	7	8	1.019	1.191
Partes relacionadas	326	649	-	-
Provisão para devedores duvidosos	<u>(302)</u>	<u>(219)</u>	<u>(592)</u>	<u>(522)</u>
	<u>7.616</u>	<u>7.020</u>	<u>12.413</u>	<u>12.593</u>

O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A Vencer	7.197	4.812	10.149	8.283
Vencidos até 90 dias	300	1.639	980	2.983
Vencidos de 91 até 180 dias	11	233	214	823
Vencidos acima de 180 dias (a)	<u>108</u>	<u>336</u>	<u>1.070</u>	<u>504</u>
	<u>7.616</u>	<u>7.020</u>	<u>12.413</u>	<u>12.593</u>

- (a) Os valores vencidos acima de 180 dias estão demonstrados líquidos da provisão para devedores duvidosos.

O prazo médio das contas a receber é de 18 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(219)	(522)
Adições	<u>(83)</u>	<u>(70)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(302)</u>	<u>(592)</u>

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

6.1 Diferido

A Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, com a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal	4.569	-	4.569	-
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	<u>1.141</u>	<u>-</u>	<u>1.141</u>	<u>-</u>
	<u>5.710</u>	<u>-</u>	<u>5.710</u>	<u>-</u>

A expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é como segue:

<u>Vencimentos por ano</u>	<u>R\$ mil</u>
2013	3.428
2014	2.282

6.2 Corrente

A apuração de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.327	24.010	7.328	27.278
Alíquotas nominais	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<u>(1.471)</u>	<u>(8.163)</u>	<u>(2.492)</u>	<u>(9.275)</u>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	7.571	2.312	8.462	-
Tributos sobre diferenças permanentes	(365)	161	(3.397)	271
Outros	<u>(25)</u>	<u>23</u>	<u>131</u>	<u>71</u>
IRPJ e CSLL apurados	<u>5.710</u>	<u>(5.667)</u>	<u>2.704</u>	<u>(8.933)</u>
Corrente	-	(5.667)	(3.006)	(8.933)
Diferido	<u>5.710</u>	<u>-</u>	<u>5.710</u>	<u>-</u>
	<u>5.710</u>	<u>(5.667)</u>	<u>2.704</u>	<u>(8.933)</u>

7. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

7.1 Participação Societária

	Participação no capital social - %	Patrimônio Líquido	Lucro do exercício
Em 31 de dezembro de 2012			
Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda.	99,98%	16.640	1.418
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	99,98%	21.692	4.264
Rio Bacacheri Participações S.A.	100,00%	352.516	16.586
Em 31 de dezembro de 2011			
Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda.	99,98%	15.222	2.399
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	99,98%	17.428	4.402
Rio Bacacheri Participações S.A.	100,00%	346.000	-

Para fins de consolidação, o valor do investimento em participações societárias é representado exclusivamente pela participação na empresa coligada Cattalini Terminais Marítimos S.A., cujo investimento está registrado na empresa SRA PAR Participações Ltda., controlada pela Rio Bacacheri Participações S.A.

7.2 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em 1º de janeiro	380.058	24.851	347.409	-
- Aquisição (i)	-	346.000	-	346.000
- Dividendos recebidos	(10.071)	-	(9.753)	-
- Aumento de capital	-	997	-	-
- Outros	186	1.409	186	1.409
- Depreciação/amortização da mais valia do imobilizado ou ativos intangíveis identificáveis, líquido dos impostos	-	-	(8.621)	-
- Equivalência patrimonial	<u>22.269</u>	<u>6.801</u>	<u>24.889</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro	<u>392.442</u>	<u>380.058</u>	<u>354.110</u>	<u>347.409</u>

Em 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da Rio Bacacheri Participações S.A. e em 30 de novembro de 2011, realizou aumento de capital no montante de R\$ 346.000, os quais foram totalmente subscritos e integralizados.

Em 13 de dezembro de 2011, a Rio Bacacheri recebeu em transferência de seus antigos sócios, 100% das quotas de capital da SRA PAR Participações Ltda. Na mesma data, a SRA PAR Participações adquiriu 50% das ações da Cattalini Terminais Marítimos S.A. pelo montante de R\$ 346.000 – vide composição abaixo. Nesta data foi assinado o "Acordo de Acionistas da Cattalini Terminais Marítimos S.A.", o qual regula as obrigações e direitos dos acionistas da Cattalini.

Para fins de consolidação, o saldo de investimento e de equivalência patrimonial são representados integralmente pela participação na empresa coligada Cattalini Terminais Marítimos S.A.

7.3 Composição da aquisição de 50% das ações da Cattalini Terminais Marítimos S.A.

	<u>Total</u>
<u>Contraprestação</u>	
Total da contraprestação (A)	346.000
<u>Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos</u>	
Caixa e equivalente de caixa	1.573
Contas a receber	7.163
Outras contas a receber	1.189
Investimentos	20.275
Imobilizado	116.996
Intangível	386
Contrato de concessão (*)	246.991
Relacionamento de clientes (*)	146.626
Mais valia de ativo imobilizado (*)	111.126
Imposto diferido sobre os ativos intangíveis identificados (*)	(171.613)
Fornecedores	(1.190)
Empréstimos e financiamentos	(41.340)
Adiantamento de clientes	(1.423)
Outras contas a pagar	<u>(3.702)</u>
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>433.057</u>
Parcela de ativos adquiridos (B)	216.529
Ágio/goodwill (A) – (B)	<u>129.471</u>
	<u>346.000</u>

(*) De acordo com o CPC 18, refere-se a ativos intangíveis identificados e mais valia de ativo imobilizado, decorrentes da aquisição de participação societária, incluído no balanço patrimonial como “Investimento”.

7.4 Composição do saldo de equivalência patrimonial

	<u>Controladora</u>	
	2012	2011
Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda.	1.418	2.399
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	4.265	4.402
Rio Bacacheri Participações S.A.	<u>16.586</u>	-
	<u>22.269</u>	<u>6.801</u>

Em 2012, para fins de consolidação, o resultado de equivalência patrimonial é representado exclusivamente pelo ganho na coligada Cattalini Terminais Marítimos S.A., no valor de R\$ 24.889.

8. IMOBILIZADO

8.1. Imobilizado - Controladora:

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equip. e Guindastes	Outros	Total em Operação	Em Andamento	Imobilizado Total
Em 31 de dezembro de 2011							
Saldo inicial	6	4.437	9.255	1.810	15.508	29.280	44.788
Aquisição	40.800	717	2.401	235	44.153	79.040	123.193
Baixas	-	-	(35)	(14)	(49)	-	(49)
Transferências	-	140	286	(426)	-	-	-
Depreciação	-	(334)	(1.851)	(334)	(2.519)	-	(2.519)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>4.960</u>	<u>10.056</u>	<u>1.271</u>	<u>57.093</u>	<u>108.320</u>	<u>165.413</u>
Custo total	40.806	7.154	29.893	2.904	80.757	108.320	189.077
Depreciação acumulada	-	(2.194)	(19.837)	(1.633)	(23.664)	-	(23.664)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>4.960</u>	<u>10.056</u>	<u>1.271</u>	<u>57.093</u>	<u>108.320</u>	<u>165.413</u>
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	40.806	4.960	10.056	1.271	57.093	108.320	165.413
Aquisição	-	1.761	1.256	676	3.693	56.285	59.978
Baixas	-	-	(174)	(4)	(178)	(358)	(536)
Transferências	-	-	7.956	(31)	7.925	(7.925)	-
Depreciação	-	(409)	(3.322)	(386)	(4.117)	-	(4.117)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>6.312</u>	<u>15.772</u>	<u>1.526</u>	<u>64.416</u>	<u>156.322</u>	<u>220.738</u>
Custo total	40.806	8.914	38.903	3.384	92.007	156.322	248.329
Depreciação acumulada	-	(2.602)	(23.131)	(1.858)	(27.591)	-	(27.591)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>6.312</u>	<u>15.772</u>	<u>1.526</u>	<u>64.416</u>	<u>156.322</u>	<u>220.738</u>

8.2 Imobilizado - Consolidado:

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equip. e Guindastes	Outros	Total em Operação	Em Andamento	Imobilizado Total
Em 31 de dezembro de 2011							
Saldo inicial	6	20.771	16.636	3.759	41.172	29.277	70.449
Aquisição	40.800	1.049	4.981	277	47.107	86.666	133.773
Baixas	-	-	(48)	(19)	(67)	-	(67)
Transferências	-	451	441	(1.589)	(697)	697	-
Depreciação	-	(1.485)	(3.485)	(518)	(5.488)	-	(5.488)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>20.786</u>	<u>18.525</u>	<u>1.910</u>	<u>82.027</u>	<u>116.640</u>	<u>198.667</u>
Custo total	40.806	31.113	42.325	4.877	119.122	116.640	235.762
Depreciação acumulada	-	(10.327)	(23.800)	(2.967)	(37.095)	-	(37.095)
Saldo contábil, líquido.	<u>40.806</u>	<u>20.786</u>	<u>18.525</u>	<u>1.910</u>	<u>82.027</u>	<u>116.640</u>	<u>198.667</u>
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	40.806	20.786	18.525	1.910	82.027	116.640	198.667
Aquisição	-	2.365	4.470	835	7.670	56.786	64.456
Baixas	-	-	(435)	(13)	(448)	(357)	(805)
Transferências	-	8.039	7.993	(68)	15.964	(15.964)	-
Depreciação	-	(1.722)	(5.360)	(525)	(7.607)	-	(7.607)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>29.468</u>	<u>25.193</u>	<u>2.139</u>	<u>97.606</u>	<u>157.105</u>	<u>254.711</u>
Custo total	40.806	40.701	54.061	4.821	140.389	157.105	297.494
Depreciação acumulada	-	(11.233)	(28.868)	(2.682)	(42.783)	-	(42.783)
Saldo contábil, líquido	<u>40.806</u>	<u>29.468</u>	<u>25.193</u>	<u>2.139</u>	<u>97.606</u>	<u>157.105</u>	<u>254.711</u>

8.3 Composição da depreciação:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Controladora</u>		
Custo	(3.750)	(2.246)
Despesa	<u>(367)</u>	<u>(273)</u>
	<u>(4.117)</u>	<u>(2.519)</u>
<u>Consolidado</u>		
Custo	(6.353)	(5.088)
Despesa	<u>(437)</u>	<u>(400)</u>
	<u>(6.790)</u>	<u>(5.488)</u>

8.4 Intangível - Softwares:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2011		
Saldo inicial	1.817	2.161
Adições	241	997
Amortização	<u>(514)</u>	<u>(609)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.544</u>	<u>2.549</u>
Custo total	2.989	4.345
Amortização acumulada	<u>(1.445)</u>	<u>(1.796)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.544</u>	<u>2.549</u>
Em 31 de dezembro de 2012		
Saldo inicial	1.544	2.549
Adições	222	346
Baixas	-	(67)
Amortização	<u>(529)</u>	<u>(620)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.237</u>	<u>2.208</u>
Custo total	3.211	4.363
Amortização acumulada	<u>(1.974)</u>	<u>(2.155)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.237</u>	<u>2.208</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	20%	20%

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação do ano de 2012, é como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	20
Equipamentos e guindastes	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Análise do valor recuperável

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Em atendimento ao atendimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou teste de recuperação no saldo do ativo permanente, através da projeção dos resultados futuros. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

9. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a pagar aos fornecedores (i)	18.451	7.733	20.007	9.978
Adiantamento de clientes (ii)	<u>4.960</u>	<u>3.419</u>	<u>5.570</u>	<u>4.346</u>
	<u>23.411</u>	<u>11.152</u>	<u>25.577</u>	<u>14.324</u>

- (i) O saldo de fornecedores refere-se principalmente a contratação de serviços, tais como fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, pedágios, compra de pneus, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, compra de ativo imobilizado, aluguel de imóveis e gastos com energia elétrica e água. O prazo médio de contas a pagar é de 28 dias.
- (ii) O saldo de adiantamento de clientes refere-se ao pagamento antecipado dos custos que incorrem nas operações da Companhia, principalmente com a Operação Portuária, onde partes dos valores envolvidos nas operações são antecipados para custear os serviços executados na zona primária do porto organizado.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Moeda nacional					
Capital de giro	14,4% a.a.	-	127	-	172
Capital de giro (aquisição de ativos fixos)	11,80% a.a.	11.153	7.232	12.157	9.117
Leasing	12,10% a.a.	1.968	566	2.700	1.530
Finame/Finem (BNDES)	5,50% a.a.	53.943	42.139	53.943	42.139
Debêntures	CDI + Spread	<u>171.111</u>	<u>169.903</u>	<u>171.111</u>	<u>169.903</u>
		<u>238.175</u>	<u>219.967</u>	<u>239.911</u>	<u>222.861</u>
Circulante		<u>8.518</u>	<u>1.764</u>	<u>9.415</u>	<u>3.114</u>
Não circulante		<u>229.657</u>	<u>218.203</u>	<u>230.496</u>	<u>219.747</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	219.967	2.094	222.861	6.607
Captação	19.926	219.839	20.042	220.804
Juros incorridos	25.183	-	25.571	-
Juros pagos	(24.070)	-	(24.458)	-
Amortização – principal	(3.062)	(1.966)	(4.336)	(4.550)
Custos debêntures amortizados	<u>231</u>	<u>-</u>	<u>231</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício	<u>238.175</u>	<u>219.967</u>	<u>239.911</u>	<u>222.861</u>

O vencimento dos saldos não circulante é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2013	-	4.352	-	5.083
2014	18.533	15.094	19.281	15.907
2015	42.411	39.474	42.502	39.474
2016	41.371	39.474	41.371	39.474
2017	39.177	38.029	39.177	38.029
2018	39.177	38.029	39.177	38.029
2019	39.177	38.029	39.177	38.029
2020	6.725	5.267	6.725	5.267
2021	<u>3.086</u>	<u>455</u>	<u>3.086</u>	<u>455</u>
	<u>229.657</u>	<u>218.203</u>	<u>230.496</u>	<u>219.747</u>

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

BNDES:

Em abril de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na modalidade Finame no montante de até R\$ 21.500 com amortização a partir de maio de 2013 em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Não obstante ao valor contratado junto ao BNDES até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia captado o montante de R\$ 14.808.

Em maio de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na modalidade Finem no montante de até R\$ 40.100 com amortização a partir de junho de 2013 em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Não obstante ao valor contratado junto ao BNDES, até 31 de dezembro de 2012, a Companhia havia captado o montante de R\$ 39.000.

DEBÊNTURES:

A Companhia emitiu 172 debêntures simples, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1.000 cada em dezembro de 2011, as quais não são conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 172.000. As debêntures vencerão em dezembro de 2019 e serão amortizadas em onze parcelas semestrais a partir de dezembro de 2014, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido spread conforme indicado abaixo:

<u>Endividamento Financeiro Líquido / (EBITDA + Dividendos) ("Razão Dívida EBITDA")</u>	<u>Spread</u>
Razão Dívida EBITDA > 3,5x	2,90% a.a.
3,5x > Razão Dívida EBITDA > 2,5x	2,35% a.a.
Razão Dívida EBITDA < 2,5x	2,10% a.a.

GARANTIAS

Os financiamentos obtidos junto ao BNDES possuem garantias reais. Para a modalidade Finem estão hipotecados os terrenos, benfeitorias, edificações e equipamentos relacionados aos ativos alvo do financiamento. Na modalidade Finame foi concedida a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos adquiridos.

As debêntures de emissão da Companhia são garantidas pela alienação fiduciária de 50% das ações pertencentes à Cattalini e também pela cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos a emissora em conta vinculada, cujo saldo deverá corresponder a 50% dos 15% do saldo devedor das debêntures após o 24º mês e o restante após o 30º mês.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS

BNDES: A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,0x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA deverá ser considerada a consolidação proporcional "*pro forma*" da participação que a Companhia detém na Cattalini. No caso de não cumprimento deste indicador a Companhia deverá apresentar garantias reais adicionais, que perfaçam no mínimo 130% do saldo devedor atualizado.

DEBÊNTURES: A razão dívida EBITDA para as debêntures deverá ser calculada considerando-se o EBTIDA da Companhia adicionado do direito a dividendos e juros sobre capital próprio de suas sociedades investidas. O não cumprimento deste indicador permitirá aos debenturistas declarar vencimento antecipado de todas as obrigações.

<u>Ano</u>	<u>Endividamento Financeiro Líquido / (EBITDA + Dividendos) ("Razão Dívida EBITDA")</u>
2012	4,50x
2013	3,50x
2014 e Após	3,00x

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia atendeu todas as exigências e cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecidas acima.

11. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia possui ativos e passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para Contingências	
	2012	2011	2012	2011
Tributárias	413	628	-	-
Trabalhistas e previdenciários (i)	224	275	413	400
Cíveis (ii)	9.172	7.157	9.172	7.157
Outras	-	612	-	-
	<u>9.809</u>	<u>8.672</u>	<u>9.585</u>	<u>7.557</u>

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para Contingências	
	2012	2011	2012	2011
Tributárias	413	638	-	-
Trabalhistas e previdenciárias (i)	224	275	413	400
Cíveis (ii)	9.172	7.157	9.172	7.157
Outras	-	612	-	-
	<u>9.809</u>	<u>8.682</u>	<u>9.585</u>	<u>7.557</u>

- (i) O montante a título de provisões trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todos os pedidos com fatos geradores antes de 16 de março de 2010 tem reembolso garantido pelo acionista RTP Administração e Participações Ltda., respeitando os prazos limites do acordo de investimentos firmado com a Rio Barigui Participações S.A. Pelo fato de que grande parte destas contingências tem fato gerador anterior a 16 de março de 2010, não há reflexos significativos em contas de resultado.
- (ii) O montante a título de processos cíveis refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo.

As ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, são principalmente de natureza trabalhista e cível e em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 3.208, (R\$ 11.330 em 2011) tais valores encontram-se parcialmente cobertos por direito de reembolso do acionista controlador conforme descrito anteriormente.

12. PARTES RELACIONADAS

12.1 Transações e saldos – Controladora:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Transações</u>		
Prestação de serviços - Porto Seco (i)	1.200	1.200
Arrendamento operacional Superagui Holding Patrimonial S.A. (ii)	(3.276)	(3.847)
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ativo circulante – Contas a receber</u>		
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	288	242
Rocha Sistema Integrado de Terminais Ltda.	<u>38</u>	<u>407</u>
	<u>326</u>	<u>649</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber de partes relacionadas (iii)		
RTP Administração e Participações Ltda.	2.194	1.571
Provisão de contenciosos à RTP como perdas prováveis	331	309
Adiantamento de arrendamento operacional		
Rocha Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	128	321
Mútuo (iv) Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	<u>1.060</u>	<u>3.000</u>
	<u>3.713</u>	<u>5.201</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Dividendos a pagar</u>		
RTP Administração e Participações Ltda.	1.928	710
Rio Barigui Participações S.A.	<u>1.845</u>	<u>7.508</u>
	<u>3.773</u>	<u>8.218</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Contas a pagar (iii)		
RTP Administração e Participações Ltda.	<u>592</u>	<u>285</u>
	<u>592</u>	<u>285</u>

12.2 Transações e saldos – Consolidado:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Transações</u>		
Despesas com aluguéis Superagui Holding Patrimonial S.A. (ii)	(3.276)	(3.847)
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber de partes relacionadas (iii)		
RTP Administração e Participações Ltda.	2.194	1.571
Provisão de contenciosos à RTP como perdas prováveis	331	309
Adiantamento de arrendamento operacional		
Rocha Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.	<u>128</u>	<u>321</u>
	<u>2.653</u>	<u>2.250</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Dividendos a pagar</u>		
RTP Administração e Participações Ltda.	1.928	710
Rio Barigui Participações S.A.	<u>1.845</u>	<u>7.508</u>
	<u>3.773</u>	<u>8.218</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Contas a pagar (iii)		
RTP Administração e Participações Ltda.	<u>592</u>	<u>285</u>
	<u>592</u>	<u>285</u>

- (i) As vendas de serviços consistem em locações de máquinas ao Porto Seco, as quais tem um prazo médio de recebimento de 07 dias.
- (ii) As despesas de aluguel são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A. O pagamento é mensal e os valores estão em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário. A Companhia firmou em 2010 com a sociedade Superagui Holding Patrimonial S.A. contratos de locação de 6 terrenos, por um prazo de 20 anos, que prevê pagamentos de reserva de aluguel a iniciar em março de 2011. Os contratos prevêem que a Companhia tem um prazo de 3 anos para a finalização dos investimentos nestes terrenos, quando então os aluguéis passam a ser cobrados mensalmente.
- (iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas controladas. São constituídas provisões de valores a receber de partes relacionadas exclusivamente àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica do acordo de investimento firmado entre a RTP Administração e Participações Ltda e a Rio Barigui Participações S.A., que trata sobre as contingências da Companhia. As contas a receber e a pagar não têm garantias, não possuem provisões de perdas e não estão sujeitas a juros. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 1.602 a receber (R\$ 1.286 em 2011 a receber), estes valores são reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeito a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores até 16 de março de 2010, como parte da negociação da aquisição de ações pela Rio Barigui Participações S.A.
- (iv) Refere-se a mútuo firmado com a controlada Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. para ampliação do terminal de cargas. O mútuo não possui remuneração e prazo de pagamento definido.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

13.1 Capital social e reserva de capital:

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social é representado por 25.935.819 ações ordinárias de valor R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 25.935.819 em ações ordinárias subscritas:

	Quadro de ações	
	2012	2011
RTP Administração e Participações Ltda.	13.253.848	13.253.848
Rio Barigui Participações S.A.	<u>12.681.971</u>	<u>12.681.971</u>
	<u>25.935.819</u>	<u>25.935.819</u>

Em março de 2010, foram emitidas 7.438.879 novas ações com ágio, sendo que o acionista Rio Barigui Participações S.A. subscreveu como capital social o montante de R\$ 7.439, tendo integralizado somente R\$ 4.251. A parcela referente ao ágio das ações emitidas foi registrada proporcionalmente, no montante de R\$ 75.744, na mesma data. Em março de 2011, a acionista Rio Barigui Participações S.A., integralizou o saldo remanescente de capital social, no montante de R\$ 3.188, e a respectiva reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 56.812.

Em 30 de novembro de 2011 foram emitidas 7.604.422 novas ações das quais todas foram subscritas e integralizadas pelos dois acionistas, através do aporte de R\$ 155.000 em dinheiro e de R\$ 2.602 através de um terreno. Destes montantes, R\$ 7.605 foi registrado como capital social e R\$ 149.997 como reserva de ágio na emissão de ações, tendo sido contabilizado na rubrica de reserva de capital. Adicionalmente, o terreno aportado teve seu valor justo avaliado pelo montante de R\$ 40.800, e por consequência, houve o registro de R\$ 38.198 na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

13.2 Reserva de lucros

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou no limite de 30% acrescido das reservas de capital.

(b) Reserva de retenção de lucros

É constituída com base no excedente de lucros apurado no exercício e cuja aprovação formal para pagamento como dividendos ocorre no exercício seguinte.

Em 30 de novembro de 2011, foi decidida em Ata de Reunião de Sócios Acionistas, a distribuição antecipada de dividendos na importância de R\$ 16.829 considerando o saldo de R\$ 13.861 existentes na conta de reserva de lucros, e antecipando R\$ 2.968 relativos ao exercício social de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, foi proposto dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício ajustado, no montante de R\$ 2.384 (R\$ 4.357 em 2011), atendendo a legislação obrigatória vigente.

14. RECEITAS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prestação de serviços	98.071	122.903	159.675	179.293
Deduções da receita bruta	<u>(13.104)</u>	<u>(17.433)</u>	<u>(19.806)</u>	<u>(23.721)</u>
Receita líquida	<u>84.967</u>	<u>105.470</u>	<u>139.869</u>	<u>155.572</u>

As principais deduções da receita bruta estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ISS	(3.080)	(3.585)	(4.404)	(4.796)
ICMS	-	(13)	(315)	(180)
COFINS	(7.364)	(9.171)	(10.814)	(12.488)
PIS	(1.599)	(1.942)	(2.348)	(2.663)
Serviços cancelados	<u>(1.061)</u>	<u>(2.722)</u>	<u>(1.925)</u>	<u>(3.594)</u>
	<u>(13.104)</u>	<u>(17.433)</u>	<u>(19.806)</u>	<u>(23.721)</u>

15. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custos das operações portuárias	(27.694)	(39.484)	(27.694)	(39.484)
Serviços de terceiros diretos e indiretos	(13.518)	(17.291)	(30.263)	(30.179)
Mão-de-obra e encargos	(13.962)	(12.326)	(24.834)	(22.040)
Encargos de depreciação e amortização	(4.646)	(3.055)	(16.831)	(6.121)
Locações diversas e aluguéis de imóveis	(6.412)	(7.495)	(10.302)	(12.417)
Manutenção dos ativos	(2.927)	(2.387)	(5.485)	(4.826)
Combustíveis e lubrificantes	(1.294)	(1.146)	(2.964)	(2.786)
Outras despesas	<u>(7.123)</u>	<u>(11.249)</u>	<u>(13.353)</u>	<u>(15.839)</u>
	<u>(77.576)</u>	<u>(94.433)</u>	<u>(131.726)</u>	<u>(133.692)</u>
Custo dos serviços prestados	(67.586)	(81.502)	(112.003)	(121.042)
Despesas comerciais	(805)	(832)	(805)	(832)
Despesas administrativas	(7.856)	(9.069)	(8.642)	(9.069)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(1.329)</u>	<u>(3.030)</u>	<u>(10.276)</u>	<u>(2.749)</u>
	<u>(77.576)</u>	<u>(94.433)</u>	<u>(131.726)</u>	<u>(133.692)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

A composição dos saldos registrados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.535	6.179	1.854	6.179
Outras receitas financeiras	<u>9</u>	<u>74</u>	<u>80</u>	<u>160</u>
Total das receitas financeiras	<u>1.544</u>	<u>6.253</u>	<u>1.934</u>	<u>6.339</u>
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos e financiamentos	(26.060)	-	(26.488)	(385)
Variação cambial	(1)	-	(8)	(10)
Descontos concedidos	(465)	(39)	(706)	(371)
Outras despesas financeiras	<u>(351)</u>	<u>(42)</u>	<u>(436)</u>	<u>(175)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(26.877)</u>	<u>(81)</u>	<u>(27.638)</u>	<u>(941)</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>(25.333)</u>	<u>6.172</u>	<u>(25.704)</u>	<u>5.398</u>

17. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as coberturas abaixo indicadas, cujos ramos apontados possuem faixas crescentes de indenização. As importâncias seguradas representam o valor máximo da cobertura por evento, consoante às apólices de seguros vigentes:

Ramo da apólice	Importâncias seguradas
Operações da companhia	R\$ 60.000
Bens e imóveis	R\$ 25.000
Responsabilidade civil – administradores (D&O)	R\$ 20.000
Responsabilidade civil – companhia	R\$ 3.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	R\$ 2.000
Responsabilidade civil – máquinas em vias públicas	R\$ 700
Seguro de vida em grupo	R\$ 368

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

18.2 Risco de mercado

18.2.1 Risco cambial

A Companhia não está exposta a riscos cambiais, pois suas operações para aquisições de determinados bens do seu ativo imobilizado através de fornecedores estrangeiros está protegida por contratos de *hedge*. O montante em Euros em 31 de dezembro de 2012, decorrente destas compras é EUR 2.494, equivalentes a R\$ 5.778. Em 2011 o montante é EUR 3.117, equivalentes a R\$ 7.222.

18.2.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia mantém aproximadamente 84% (2011 – 76%) de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis. Durante 2012 e 2011, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. Tal risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda relevante decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

18.4 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Tesouraria central da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas premissas acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 912 (R\$ 41.442 em 2011).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos (i)	8.518	61.104	119.484	49.069
Fornecedores e outros passivos (ii)	16.366	8.334		
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos (i)	1.764	19.447	117.827	80.929
Fornecedores e outras contas a pagar (ii)	11.398	868		
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
Empréstimos e financiamentos (i)	9.415	61.957	119.470	49.069
Fornecedores e outras contas a pagar (ii)	18.545	8.334		
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos (i)	3.114	20.990	117.918	80.839
Fornecedores e outras contas a pagar (ii)	14.570	866		

(i) Refere-se a: (a) contrato de financiamento da Rocha Terminais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo prazo de vencimento final é em 15 de junho de 2021, no montante de R\$ 53.808 (R\$ 42.139 em 2011); e (b) saldo das debêntures (Nota 10) emitidas em 2011, cujo prazo de vencimento final é em 12 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 172.000.

(ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou as seguintes transações não envolvendo caixa, as quais foram exclusivamente para a aquisição de ativos, conforme apontamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. São elas:

- (i) Contratação de leasing junto ao Banco Itaú no montante total de R\$ 1.512 com a finalidade de implantar o Sistema OCR (*Optical Character Recognition*) nos novos armazéns AZ 10 e AZ Margarida Langer em atendimento à Portaria da Receita Federal do Brasil;
- (ii) Contratação de leasing junto à HP Financial no montante total de R\$ 437 com a finalidade de modernizar o conjunto de servidores da Companhia;
- (iii) Contratação de empréstimo modalidade capital de giro junto ao Banco Bradesco no montante total de R\$ 6.000 com a finalidade de adquirir um armazém para fertilizantes no município de Paranaguá – PR.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de fevereiro de 2013, após deliberação da Reunião do Conselho de Administração, a Companhia integralizou em 22 de fevereiro de 2013 o Capital Subscrito na Full Port 8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda., empresa que tem por objeto a atuação em operações portuárias e armazenagens de cargas no porto de São Francisco do Sul-SC. A participação da Companhia na Full Port 8 corresponde à 28,33% do total das quotas do capital social, equivalentes a 70.825 quotas devidamente integralizadas pelo valor nominal de R\$ 1,00.

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela sua Administração em 27 de fevereiro de 2013.
